



TERRITÓRIO USADO E FINANÇAS EM ALAGOAS: A ATUAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ATRAVÉS DOS CORRESPONDENTES

Fábio Brito dos Santos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, Brasil

fbsantos@usp.br

Dhiego Antonio de Medeiros

Professor da Universidade Estadual de Alagoas, Campus V, União dos Palmares, AL, Brasil

dhiego.medeiros@uneal.edu.br

RESUMO - No presente artigo propõe-se uma discussão acerca do processo de diversificação e ampliação dos fixos bancários no atual período histórico, a partir de uma análise da ampliação da capilaridade da Caixa Econômica Federal por meio dos correspondentes no país. A problemática em pauta está fundamentada em análises a partir da noção de território usado (SANTOS, [1996] 2006; 1999b), das técnicas de automação (CONTEL, 2006) e da normatização instituída pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Caixa Econômica Federal (CEF). Tomando como escala geográfica do processo investigado o Brasil e, a título de verificação da realização do processo numa situação geográfica, o estado de Alagoas, constatou-se que a CEF está entre as instituições que, de forma expressiva, vem se utilizando desse fixo geográfico, o Correspondente, para a prestação de serviços financeiros “básicos” em todas as unidades federadas do território brasileiro, especialmente em unidades pertencentes a regiões do Brasil economicamente dependentes, a exemplo de Alagoas, com o processo de bancarização da população de baixa renda e na irrigação de recursos financeiros por meio de programas de assistência social do Governo Federal.

Palavras-chave: Território; Normas; Sistema bancário; Brasil.

USED TERRITORY AND FINANCES IN ALAGOAS: THE ACTION OF CAIXA ECONÔMICA FEDERAL THROUGH CORRESPONDENTS

ABSTRACT - In the present article aims a discussion about the diversification process and enlargement of the banking characteristics in nowadays historic period, by means of the analysis of capillarity enlargement of Caixa Econômica Federal through correspondents in the country. The problematic in question is based in analysis starting from the notion of used territory (SANTOS, [1996] 2006; 1999b), automation techniques (CONTEL, 2006) and the normalization instituted by Banco Central do Brasil (BACEN) and Caixa Econômica Federal (CEF). Using as geographic scale of process investigated the Brazil and, by way of verification of process realization in a geographic situation, the State of Alagoas, it was verified which CEF is between the institutions that, in a expressive way, over time utilising this geographic characteristics, the Correspondent, for provision of “basic” financial services in all of federated unities of Brazilian territory, especially in unities belonging to Brazil’s regions economically dependent, as example Alagoas, with the banking process of low income population and in the irrigation of financial resorts through Federal Government’s social assistance programs.

Keywords: Territory. Standards. Banking system; Brazil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No atual período histórico, a sociedade do consumo não se caracteriza apenas pela busca exacerbada de bens materiais, mas também de serviços e produtos financeiros, o que se revela como uma variável relevante do sistema econômico em vigência, o Capitalismo. As bases materiais e políticas deste período têm contribuído para a inserção de mecanismos fundamentais para a circulação de novas formas de dinheiro no território brasileiro, assim, “novos instrumentos financeiros são incorporados ao território” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2003, p. 195).

Nessa perspectiva, os novos sistemas técnicos permitem-nos entender o comportamento e a ação dos agentes inseridos no território, sendo que são incorporadas novas “formas-conteúdo” criadas com a condição de acelerar a dinâmica de diversas instâncias, principalmente a econômica e a financeira, já que pode-se considerar “a magnitude e a velocidade crescentes dos fluxos de capitais” (DIAS e LENZI, 2009, p. 97) como o reflexo do avanço e uso de “técnicas da informação” (SANTOS, [2000] 2008) e das tecnologias de automação, sendo que, estas acabam por apresentar a condição mais provável do processo de “mundialização financeira” (CHESNAIS, 1996), já que as novas tecnologias garantiram uma divisão do trabalho bancário interessante para o sistema financeiro nacional que atingiu camadas sociais jamais assistidas antes, principalmente em alguns países subdesenvolvidos.

Assim, num primeiro momento, este artigo trata da evolução da prestação de serviços financeiros no país no que tange às atividades bancárias executadas pelos fixos geográficos contemporâneos não ligados ao Sistema Financeiro Nacional, como é o caso dos correspondentes, mas também dos Caixas Eletrônicos ou ATMs. Em um segundo momento, abordar-se-á a evolução dos correspondentes no país, tendo em vista o processo de desburocratização normativa do Banco Central do Brasil (BCB) para a prestação de serviços financeiros no território nacional, levando em consideração sua história normativa. Por fim, no presente estudo propõe-se uma discussão acerca do processo de diversificação e ampliação dos fixos bancários no atual período histórico, a partir de uma análise da ampliação da capilaridade da Caixa Econômica Federal por meio dos correspondentes no país.

REORGANIZAÇÃO DOS FIXOS GEOGRÁFICOS NO PAÍS: TÉCNICAS DE AUTOMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS

No atual período histórico, assiste-se à ação de “novas racionalidades no território brasileiro” (CONTEL, 2011), que possibilitaram uma melhor dinamização da economia nacional impulsionada pela inserção de novas técnicas que emergiram como verdadeiras formas-conteúdo instaladas no território e com funções premeditadas, em outras palavras, com conteúdos pré-estabelecidos para atender às demandas de um mercado repleto de novos agentes, como é o caso de corporações econômico-financeiras. Em decorrência, há uma nova configuração do território através dessas formas-conteúdo apresentadas aos reclames do capital, o que determinou o advento de novas formas de financeirização do mesmo e da vida cotidiana da sociedade, pois, no período atual, a sociedade se depara com uma “oferta extraordinária de crédito desburocratizado, realizada por instituições financeiras bancárias e não-bancárias” (SILVEIRA, 2009, p. 65).

É fato que as bases materiais do mundo atual têm possibilitado maior intensidade na circulação do dinheiro no território, permitindo assim, uma maior acumulação de capitais em poucos pontos do país, logo, é neste sentido que Paul Singer (2000) chamou a atenção para a “importância das finanças que se impôs na vida cotidiana da sociedade [...] como regra para a sobrevivência”. Além do avanço das tecnologias, outra variável que fortaleceu as finanças no país se trata das políticas de desburocratização normativa do Banco Central do Brasil, o que acabou por facilitar “os fluxos de

dinheiro” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2003, p. 185) no território. Isso se intensificou com o Plano Real, a reestruturação bancária, a inserção de novos serviços financeiros e os novos sistemas técnicos autômatos, que forçaram a expansão de um mercado consumidor, concomitante a uma maior e mais rápida drenagem de recursos financeiros do território por diversas instituições financeiras. Para o geógrafo Fabio Contel (2006):

O Plano Real, tornando as condições macroeconômicas mais interessantes para alguns atores hegemônicos nacionais – assim como para vários tipos de capitais globalizados –, pode ser entendido como uma política que aumenta a eficácia da instalação dos eventos econômicos globalizados no território brasileiro. (CONTEL, 2006, p. 173).

É nesse contexto que a expansão do consumo no Brasil passa a intensificar a competitividade entre as empresas, não só dos ramos industrial e comercial, mas também as financeiras, por um lucro exacerbado proporcionando a formulação de políticas de “democratização” de créditos a todas as classes sociais, principalmente em decorrência da instalação de uma base técnica que ampliou a especulação financeira no país (DIAS, 2005). A criação de mais canais financeiros (Caixas Eletrônicas, Postos Bancários, Correspondentes) ganhou relevância no que diz respeito à ação das redes bancárias no território, sendo que ampliou-se a drenagem de recursos financeiros concentrando-os nos lugares economicamente mais avançados do país.

Sendo assim, BARRACLOUGH *et al.* (1964-1965 *apud* SANTOS, 1999a, p. 8) ensina que a aliança entre ciência e tecnologia contemplou a criação de forças “para transformar para sempre as bases materiais de nossa vida, em uma escala que era inconcebível há, apenas, meio século”, e isso, se concretizou na produção de técnicas que passaram a acelerar as ações hegemônicas no território. Nesse sentido, comungamos do pensamento de Ortega y Gasset quando considera que “a técnica é, assim, o esforço para poupar esforço ou [...] é um esforço menor com que evitamos um esforço muito maior (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 31)”, sendo esta um mecanismo de produção que não se limita a preencher somente as necessidades humanas mas, em sua maioria, a execução dos projetos de gênero mercadológico e de reprodução do capital. Isso se tornou mais frequente a partir das “técnicas da informação, que são técnicas que ligam todas as outras técnicas, que permitem que as mais diversas técnicas se comuniquem” (SANTOS, 1999b, p. 10), o que intensificou os usos do território por um dinheiro globalizado, que passou a se concentrar fortemente nas áreas “mais luminosas”, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Este, por conseguinte, possibilita aos grandes centros urbanos o comando da atividade financeira em detrimento da maioria dos lugares em países como o Brasil, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e outras cidades que exercem o papel de centralidade em relação à sua “hinterlândia” ou mesmo em escalas muito maiores do território. A concentração bancária é a mais concreta condição de enxergar o comportamento desses lugares, no atual período, no que tange ao crescimento econômico em nível do território nacional, sendo que as bases para esse processo se deram através da reestruturação do capital, uma lógica capaz de degradar o indivíduo social. O mundo financeiro, por acatar tal lógica, assume uma forma de extrema irracionalidade diante do processo de drenagem de recursos das áreas mais pobres para os lugares de maior concentração técnica. Ainda sobre essa questão, de acordo com Lenin (1979, p. 36): “Os bancos, em todo o caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tomam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios.”

Nesse sentido, “a difusão das redes e objetos técnicos para a prestação de serviços bancários engendrou mudanças bastante significativas nos usos recentes do território brasileiro, no que concerne à sua “topologia bancária” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2003, p. 189). Desde a década de 1980 são instalados sistemas técnicos autômatos com o objetivo de garantir maior velocidade no

processamento de dados financeiros, o que possibilita às redes bancárias um lucro maior em menor tempo. Isso acaba por estabelecer maior competitividade no ramo e uma maior fluidez de suas atividades no espaço nacional. Porém, somente após o ano de 1994 é que são instalados conteúdos técnicos e normativos no território visando uma reorganização dos fixos geográficos no intuito de expandir a prestação de serviços bancários no país, pois, é dessa forma que as finanças conseguiram estabelecer um elo com as atividades cotidianas. Sendo assim, Contel *et al.* (2006 *apud* BASTOS, 2010, p. 2) assevera que:

Essa importância das finanças (isto é, da moeda, do crédito, do endividamento dos juros etc.) e de seus atores (os bancos, as “financeiras”, e demais credores e emprestadores), parece ter atualmente, chegado num novo patamar. Poucas são as atividades ditas “econômicas” que se fazem sem o acesso a algum tipo de instrumento financeiro. Desde os empréstimos internacionais, realizados entre grandes empresas e Estados, até uma operação de crédito consignado, demandado por um aposentado numa pequena cidade do interior do território brasileiro, a finança parece ter ganhado uma influência inaudita no atual momento de nossa civilização. (BASTOS, 2010, p. 2).

Pode-se notar na Tabela 1 que o sistema bancário brasileiro tem crescido significativamente, seja através do número de Postos Tradicionais como também por meio de agências bancárias. Com as novas formas de creditização do território e bancarização da sociedade concomitante às políticas de crescimento da economia nacional, tem sido maior o interesse dos bancos em instalarem suas agências em lugares com maiores vantagens de crescimento econômico, especialmente em decorrência das possibilidades de lucro, que são maiores. Contudo, observa-se um crescimento no país do número de Postos de Atendimento de 105,9% desde o início do ano de 2000 ao final de 2014. Não foi diferente em relação ao número de agências bancárias que cresceu 35,5% no mesmo período, já o número de caixas eletrônicos instalados no território nacional teve um crescimento de 41,1% no período de 2000 a 2014.

Tabela 1. Evolução dos fixos geográficos tradicionais no Brasil e em Alagoas (2000-2014)

Ano	Agências	Postos de atendimento	Agências	Postos de atendimento
	Brasil			
2000	16.396	7.144	106	63
2003	16.829	9.624	112	72
2006	18.087	9.558	126	86
2009	20.046	11.426	137	96
2012	22.218	14.384	195	132
2014	23.126	14.709	203	134

Fonte: BCB, 2014; FEBRABAN, 2014. Elaboração própria.

Essa realidade não passa a ser diferente em Alagoas onde há um aumento contínuo dos fixos geográficos pois, das 195 agências existentes em seu território, 71 estão localizadas na capital, o equivalente a 36,4% do total no estado conforme dados do Banco Central do Brasil, de dezembro de 2014. O número restante se distribui por outras 56 cidades numa média de 2 a 4 agências instaladas, com exceção de Arapiraca (segunda maior cidade do estado) que, com pouco mais de 214 mil habitantes, possui 9 agências bancárias. Quer dizer, do ponto de vista hierárquico, a rede urbana de Alagoas possui um padrão de distribuição da população territorialmente irregular, o que determina

uma maior influência econômica, especialmente de poucas cidades sobre uma vasta área do território, como é o caso de Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, que concentram diversas atividades diferenciadas sobre um conjunto maior de cidades de baixa escala populacional e pouca expressão econômica no estado.

Um dado importante para o aumento das atividades financeiras, dos fixos geográficos e da acessibilidade da população aos serviços e produtos bancários diz respeito ao incremento de novos objetos técnicos, o que aumentou “sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito” (CONTEL, 2009, p. 128) no país. Essa difusão dos serviços bancários determinou mudanças no próprio uso do território pelas instituições financeiras, sendo que o sistema bancário passa a utilizar novas formas de drenagem e canalização de recursos financeiros em todo o território nacional, mesmo daqueles lugares isentos da presença de fixos bancários. Pois, do atendimento bancário tradicional (Agências e Postos de Atendimento (PAs)), com a nova reorganização técnico-normativa passou-se a incorporar nos sistemas bancário e financeiro, novos fixos geográficos como é o caso dos ATMs ou caixas eletrônicos e os correspondentes. Isso somente se deu por determinação da criação de normas de desburocratização pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras e redes bancárias no território nacional.

TOPOLOGIA BANCÁRIA CONTEMPORÂNEA: DESBUROCRATIZAÇÃO NORMATIVA E EXPANSÃO DOS CORRESPONDENTES NO PAÍS

O correspondente é uma figura que já existe no Brasil desde o início do século XX, apesar de não ter sido ainda institucionalizado como um fixo não bancário nessa época. Tinha como função principal poupar dinheiro dos comerciantes e “caixeiros-viajantes”, que faziam a intermediação entre os produtores das cidades mais desenvolvidas e os comércios dos centros urbanos do interior brasileiro, especialmente nos estados do Centro-Sul do país. A ideia desses intermediários era evitar viajar com grandes quantias de dinheiro para não correr o risco de serem roubados, já que eles trabalhavam com capital de grandes empresários e produtores, pois, depositavam essas quantias junto ao correspondente, “um agente que, na falta de banco propriamente dito no local, exercia parte de seu papel (COSTA, 2002, p. 7)”. Este, por sua vez, era quem levava o dinheiro para ser depositado no banco com o qual tinha firmado contrato, em troca, emitia cheques para os intermediários como garantia de tomar o dinheiro acumulado no banco ao qual o próprio correspondente prestava serviços. Esse processo se dá, primordialmente nos anos de 1920, com a antiga Casa Moreira Salles (fundada em 1924 como Unibanco, o mais antigo banco privado instalado no país), pertencente ao comerciante João Moreira Salles que acumulava as duas atividades dentro do cenário econômico brasileiro na época.

Essa forma de correspondência bancária se deu até o início da década de 1970 quando, com a Circular nº 220, de outubro de 1973 do Conselho Monetário Nacional (CMN), passou-se a permitir o contrato de pessoas jurídicas com bancos comerciais para a prestação de alguns serviços bancários a mais como cobrança de títulos e execução, ativa ou passiva, de ordens de pagamento em nome do contratante. Porém, em 1979, com a Resolução nº 562, o Banco Central do Brasil incorpora às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (SCFI) a possibilidade de contratação de correspondentes, podendo estes oferecerem serviços além dos mencionados acima, como encaminhamento de pedidos de financiamento, análise de crédito e de cadastro, execução de cobrança e outros serviços de controle, inclusive processamento de dados. Essas novas funções do correspondente vigoraram até o final da década de 1990 e início do ano de 2000, quando foram criadas novas regulamentações que passam a ampliar o leque de atividades a esse fixo no território nacional.

As técnicas da informação se apresentam, no atual período, como um mecanismo imprescindível à expansão das finanças no território nacional. Conforme Castells (1999, p. 69) “as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos” constituindo o que Santos (2006) chama de *life-blood* de outras tecnologias, tendo como pressuposto, a base de sua funcionalidade. Pois, a informação pode se perfazer como algo que caracteriza o poder das políticas mercadológicas, desenvolvendo na sociedade novos hábitos de consumo de acordo com as demandas do sistema capitalista. Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 os correspondentes ainda não trabalhavam com “técnicas de informação” (DINIZ, 2010), exceto nas atividades executadas pelos fixos geográficos bancários tradicionais, porém é a partir dos anos 2000 que o Banco Central do Brasil, influenciado pelas políticas do governo de tentar aproximar grande parte da população brasileira a um setor que pouco conhecia tendo em vista sua concentração em poucos centros urbanos no país, passa a expandir os serviços bancários através dos correspondentes, tomando em consideração o uso de tecnologias que impulsionaram as atividades de processamento de dados financeiros, o que estabeleceu uma maior bancarização da população brasileira.

No início da década de 1990, como ainda não existiam correspondentes especializados em executar serviços como pagamentos de contas, havia dificuldades por parte das grandes empresas (de eletricidade, companhias de abastecimento de água, por exemplo) que acabavam acumulando dívidas, não por falta de recursos, mas por problemas de acesso ao sistema bancário tradicional instalado em poucos centros urbanos no país. Por incentivo dessas empresas conseguiu-se estabelecer que alguns agentes comerciais (farmácias e mercadinhos) se especializassem em arrecadar boletos e encaminhá-los aos bancos a partir da Resolução nº 2.640 (aperfeiçoada pela Resolução nº 2.707, de 2000) que desburocratizou a prestação de serviços a Bancos Múltiplos e Comerciais e à Caixa Econômica Federal. Em 2001, com o Programa Bolsa Escola do Governo Federal, a distribuição de grande parte dos recursos era feita nos domicílios dos beneficiários, a Caixa Econômica Federal executava parte dessa função via Casa Lotérica e seus fixos tradicionais, pois somente em 2003 é criado o Caixa Aqui, um correspondente implantado dentro de estabelecimentos comerciais para melhor canalizar esse tipo de recurso, principalmente nos menores centros urbanos.

Até o ano de 2000 as instituições financeiras não tinham concessão do Banco Central do Brasil para contratar este tipo de fixo geográfico para prestar serviços em cidades que já contavam com a presença de agências bancárias, isso apenas ocorreu em 2002, o que também impulsionou a possibilidade de abertura de mais serviços aos correspondentes, por exemplo, como a abertura de contas. O divisor de águas acontece em dezembro de 2003, com a publicação da Resolução nº 3.156 (SOARES e SOBRINHO, 2008, p. 144) que desburocratiza a contratação de empresas para trabalhar como correspondente para todos os tipos de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Não há dúvidas, pois, que a regulamentação de novas normas determinou, por várias vezes, a reorganização da estrutura do sistema bancário para a prestação de serviços financeiros no país. Na verdade, as normas conseguem regular o padrão de ação de um determinado elemento no território. Ela autoriza “a geografização de um evento histórico na parcela do espaço sobre a qual ela tem poder de regulação (CONTEL, 2006, p. 7)” e garante a possibilidade de se penetrar em cada fragmento do território, o que impulsiona a determinação de novas regras no cotidiano de lugares antes intocados, porém, se conseguem realizar tal finalidade é por que são “normas criadas intencionalmente” (SANTOS, 2009, p. 228).

Os correspondentes são empresas não integrantes do sistema financeiro nacional, contratadas por algum banco ou mesmo uma instituição financeira para trabalharem na prestação de algumas de suas atividades. Um fixo geográfico flexível, em função de sua localização e do baixo custo de instalação,

constitui-se num mecanismo de acesso da população desbancarizada às atividades financeiras, principalmente aos serviços básicos, bem como para a distribuição de recursos financeiros do Governo Federal, como é o caso dos correspondentes da Caixa Econômica Federal. Também atua na oferta de formas de crédito visando alcançar uma classe social desprovida de formas variáveis de acesso a bens de consumo, principalmente àquelas instaladas em lugares distantes dos centros mais dinâmicos. Dentre os fixos que atuam como correspondente no país pode-se ter como exemplo o Banco Postal instalado na Empresa Brasileira de Telégrafos e Correios (ECT), trabalhando como correspondente do Banco do Brasil S.A.; a Casa Lotérica e o Caixa Aqui, ligados à Caixa Econômica Federal (CEF). Os estabelecimentos comerciais como supermercados, mercadinhos, farmácias, postos de gasolina, restaurantes, shopping centers etc. também podem atuar como correspondentes e já são responsáveis por grande quantidade dos pagamentos de contas (luz, água, faturas de cartão de crédito, impostos de renda etc.). Por fim, também existem os correspondentes ligados tanto aos bancos como às Financeiras e Sociedades de Crédito, Financiamentos e Investimentos, este tipo de fixo opera na oferta de crédito consignado (empréstimos), no financiamento de bens materiais etc. a pessoas físicas e jurídicas.

Em um estabelecimento de correspondente, geralmente é instalado um equipamento de POS (*point of service*) ou um computador que combina com outros equipamentos tecnológicos, conectados com as instituições contratantes, ou seja, através desses equipamentos, o correspondente fica interligado com a instituição via Internet do tipo GPRS (*General Packet Radio Service*), tecnologia usada do tipo telefonia celular ou mesmo conectam-se por rede via satélite. O processo de transferência de dados financeiros é automaticamente feito online, geralmente em períodos e horários fixos da semana, dependendo da complexidade de atuação de cada fixo geográfico. Com a desburocratização normativa, o correspondente tem se firmado como estratégia no processo de bancarização da população concomitante ao aumento do número de transações feitas no sistema bancário brasileiro. Nesse sentido, desde o início da década de 2000, vem tornando-se cada vez mais frequente o uso de correspondentes como forma de as redes bancárias aumentarem sua capilaridade no território nacional, o que intensificou a “financeirização da sociedade e do território” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2003, p. 195).

A Tabela 2 mostra que houve um expressivo crescimento do número de correspondentes no país entre o período de 2000 a 2010 e que ultrapassou os 1.100%, sendo que em 2011 tem-se uma diminuição de 2,5% em relação a 2010, o equivalente a 4.161 correspondentes, devido principalmente ao reajuste na regulamentação de correspondentes comerciais), porém, essa queda não afetou o número de transações realizadas no mesmo ano por este fixo. Segundo o Ciab FEBRABAN Pesquisa Setor Bancário em Números 2012, para dezembro de 2011, os correspondentes representavam uma participação de 5,2% do total de 66,4 bilhões de transações bancárias feitas no país, um aumento de 0,9% em relação a 2007, diferente do que ocorreu com as agências bancárias que mostrou uma queda de 1,7% de sua participação nas transações bancárias durante o mesmo período, 12,6% e 10,9%, respectivamente.

Tabela 2. Brasil: total de correspondentes no país em relação à Caixa Econômica Federal (2000-2014)

Ano	Total no país de todas as instituições financeiras	Total da Caixa Econômica Federal	Percentual da Caixa Econômica Federal em relação ao total no país
2000	13.731	-	-
2001	18.653	9.078	48,67
2002	32.511	12.232	37,62
2003	36.474	12.702	34,82
2004	46.035	14.268	31,00
2005	69.546	12.451	17,90
2006	73.031	13.255	18,15
2007	95.849	16.927	17,67
2008	108.074	18.824	17,42
2009	149.507	22.877	15,30
2010	165.228	31.863	19,29
2011	161.097	33.525	20,81
2012	354.927	36.958	10,41
2013	375.315	36.451	9,71
2014	346.502	32.400	9,35

Fonte: BCB, 2014; CEF, 2014. Elaboração própria.

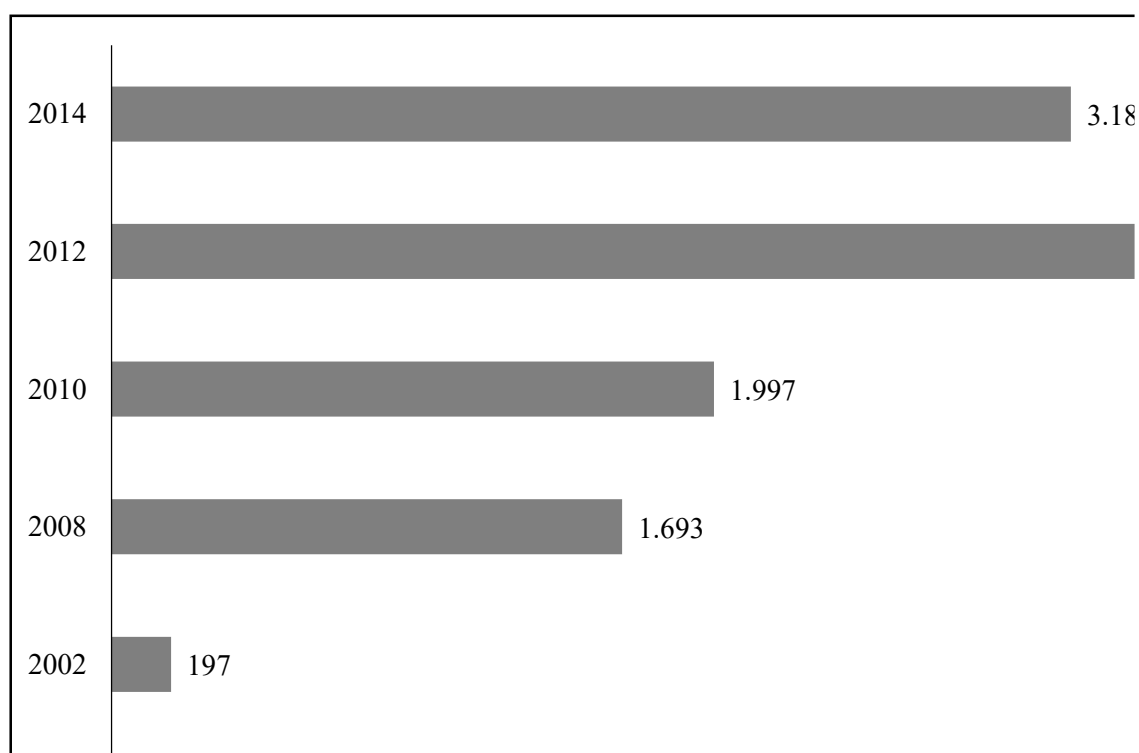
Com exceção dos anos de 2005 e 2006, que apresentaram diminuição em relação a 2004, o número de correspondentes da Caixa Econômica Federal volta a crescer nos anos posteriores, o que a coloca dentre as instituições que melhor se utilizam desse fixo no país. Se observarmos o percentual desses correspondentes em relação ao total no país, não há dúvida de que desde o início da década de 2000, a instituição vem dando importância para o uso desse fixo geográfico no território nacional. Em 2001, 48,67% do total prestava serviços à instituição, porém é somente a partir das próximas resoluções do Banco Central do Brasil que outras instituições passam a contratar os serviços de forma mais rígida, mesmo assim a Caixa Econômica Federal consegue deter até o final de 2007 o maior número de correspondentes no país. De 2008 até o final de 2014, passa a representar-se como a segunda instituição com mais correspondentes no país, cerca de 32.400, atrás apenas do Banco Bradesco S.A. com 50.217 correspondentes. Outro banco com expressivo uso desse fixo no país é o Banco do Brasil S.A. que se estabeleceu como a terceira instituição que melhor se utiliza desse fixo no território nacional, com 32.285 correspondentes. Vale salientar o papel do Banco Postal ligado às agências dos Correios que tem contribuído para a expansão da rede de atuação do Banco do Brasil S.A.

Em 2013 observou-se um crescimento do número de correspondentes com uma queda em 2014 que não diminuiu a importância desse fixo para as instituições. Logo, a Caixa Econômica Federal, apesar de ter diminuído sua participação percentual na quantidade de correspondentes em relação ao total no país, não perdeu fôlego no que tange ao uso que tem feito desse canal de atuação.

Este fixo geográfico possibilitou, por um lado, maior lucro às redes bancárias em espaços de tempo mais curtos e, por outro, a horizontalidade das atividades bancárias, em particular no território alagoano, já que os fixos bancários tradicionais, cujos custos de instalação são mais altos (Agências

e Postos de Atendimento) mostraram uma concentração em poucos pontos do território. Pois, é através do correspondente que grande parte da população desbancarizada no estado tem acesso aos serviços financeiros básicos, porém, é necessário destacar que bancarizar a população é uma consequência do processo de expansão deste fixo geográfico no território alagoano e não seu objetivo central. A evolução desse canal tem se consolidado, sobretudo em decorrência das deliberações normativas do sistema financeiro nacional, mas principalmente a partir de programas sociais federais como forma de aproximar as populações de baixa renda ao sistema financeiro através das linhas de crédito. Nessa perspectiva, a primeira década do século em curso mostrou um aumento de 1.037 correspondentes em Alagoas, o equivalente a um crescimento de 3.330% como mostra o Gráfico 1, com um aumento significativo em 2012 e uma queda no final de 2014.

Gráfico 1. Alagoas: número de correspondentes (2000-2014)



Fonte: FEBRABAN, 2014; BCB, 2014. Elaboração própria.

A terceirização bancária tem sido uma forma imprescindível de reorganização das atividades financeiras no território no sentido de as redes bancárias atingirem um único objetivo: o lucro. Ela “representa uma estratégia através da qual um terceiro, em condições de parceria, com competência, especialidade e qualidade, produz bens ou presta determinados serviços para uma empresa que o contrata (FIGUEIREDO e CARVALHO, 2010, p. 19)”, quer dizer, o contrato de empresas terceirizadas é uma forma de a própria empresa contratante inserir responsabilidades ao contratado no que tange a execução de atividades financeiras mais comuns e que demandam agilidade no processamento, principalmente quando a demanda é maior que a oferta, como acontece no atual período da sociedade. E o modelo de correspondente criado no Brasil mostra-se como um mecanismo de reorganização nesse processo, o que torna mais ágil o funcionamento das instituições financeiras, criando maiores possibilidades de capilarização de suas atividades, além de torná-las mais competitivas e mais presentes no mercado.

USOS DO TERRITÓRIO PELOS CORRESPONDENTES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A BANCARIZAÇÃO DA SOCIEDADE ALAGOANA

Data do século XIX a criação da Caixa Econômica Federal, uma instituição bancária que sempre esteve presente na vida de milhões de brasileiros, por ser de caráter público e ter como objetivo principal a dinamização de políticas financeiras da União. Sua existência se deu a partir da fundição entre duas instituições públicas importantes da época, a Casa de Penhor Monte de Socorro da Corte e a Caixa Econômica da Corte. Segundo Jailson Moreira dos Santos (2011), a Caixa Econômica Federal se caracteriza como

Uma instituição que se mostrou forte desde seus primórdios e que procurou satisfazer aos reclamos de grande parte da coletividade, e não apenas de um seletivo grupo ou classe social. Com isso, em 12 de janeiro de 1861, D. Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que sancionava a criação de uma Caixa Econômica e de um Monte de Socorro, na Corte, cuja finalidade maior, naquele momento, era conceder empréstimos e estimular o hábito de poupar entre a população até então tida como imprevidente e perdulária. (SANTOS, 2011, p. 169).

Tinha como fator importante na economia do país a participação das classes menos favorecidas que depositavam suas mínimas quantias de dinheiro para poupar, diante da vida que levavam. Homens e mulheres de baixa renda, pequenos comerciantes que fomentavam a economia das cidades da época, escravos que pouparam para comprar sua própria liberdade aos senhores de engenho, quer dizer, todas essas variáveis fortaleceram o caráter de uma instituição que incentivava as classes mais pobres a fugirem da agiotagem, uma atividade frequente no cotidiano da vida das pessoas. Pode-se observar que no início de suas atividades, a Caixa Econômica Federal já trabalhava com um produto financeiro que é considerado sua marca no mercado, a poupança, e isso, norteou todo o processo no que concerne à instituição financeira pública no período atual, sendo que, quase 75% de todo o mercado de habitação no país é gerenciado por essa instituição.

Hoje é considerado o maior banco público do Brasil e da América Latina e uma das mais importantes instituições no que tange à gestão de políticas públicas do atual período. É um banco que, essencialmente, tem a maior parcela de clientes com perfil de baixa renda no país (83%), geralmente pessoas que recebem até R\$ 1,3 mil, mensalmente. Está voltada, especialmente, para os negócios do Governo Federal e o desenvolvimento socioeconômico do país, onde prioriza a execução de diversos programas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de trabalhar com as características de um banco, além de ter a carteira para executar atividades financeiras como qualquer outro banco e oferecer produtos à sociedade e preservar o caráter de instituição Penhor.

É importante ressaltar que a Caixa Econômica Federal possibilita um uso mais expressivo do território brasileiro pelo próprio Governo Federal, sendo que a canalização de recursos financeiros de cunho econômico e social se caracteriza como relevante nexos em suas atividades. O Programa Bolsa Família foi criado na gestão governamental de Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de direcionar recursos financeiros às classes de baixa renda no país, o que possibilitou que a instituição aumentasse sua ação no território nacional, tendo como um dos mecanismos estratégicos bancarizar as populações mais pobres, essencialmente aquelas que vivem em lugares de baixa expressão econômica e tecnicamente mais rarefeitos. Hoje, a Caixa se encontra entre as instituições que estão em um segmento privilegiado no que tange a consolidação de sua topologia no território nacional. A Tabela 3 mostra a evolução da topologia da instituição considerando suas tipologias.

Tabela 3. Brasil: fixos geográficos da Caixa Econômica Federal (2001-2014)

Fixos	2001	2003	2006	2008	2010	2012	2014
Agências	1.689	1.772	1.981	2.074	2.206	2.473	3.391
Postos de Atendimento	1.460	1.499	1.426	1.566	1.988	2.931	4.036
Correspondentes	12.232	14.268	16.927	18.824	31.863	36.958	32.400
Total	15.381	17.539	20.334	22.464	36.057	42.362	39.827

Fonte: BCB, 2014; CEF, 2014. Elaboração própria.

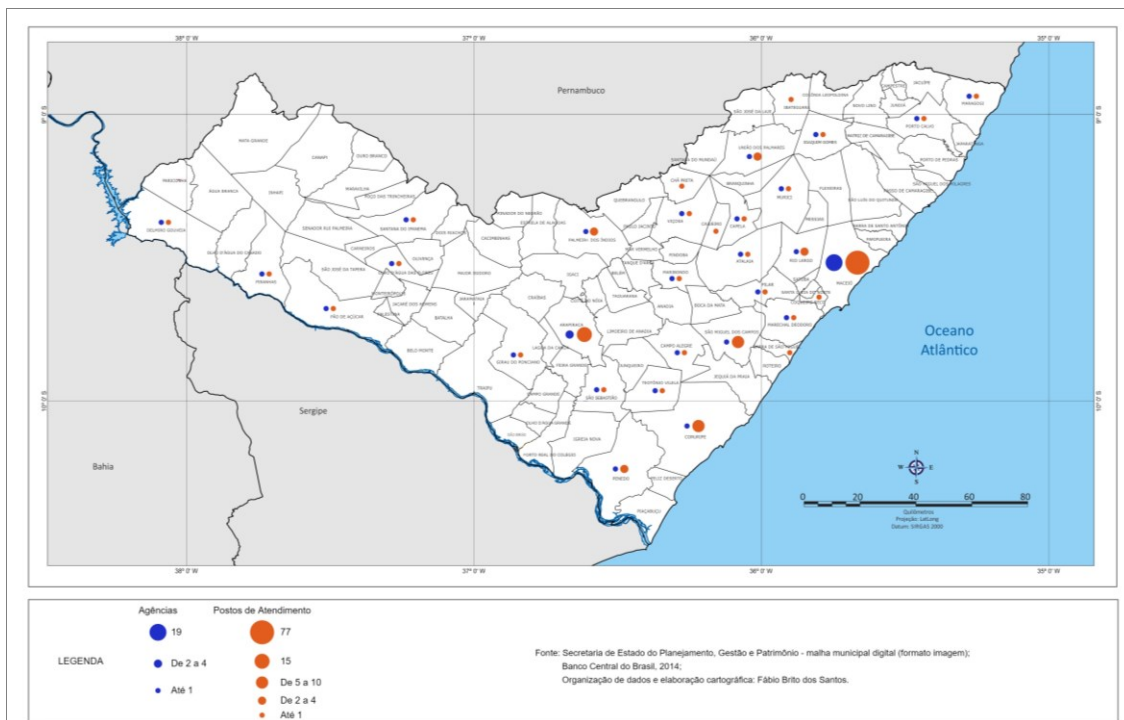
Pode-se observar que não há diminuições significativas em relação aos números dos fixos instalados no território nacional desde o ano de 2001, exceto no período dentre os anos de 2003 e 2006 em relação aos Postos de Atendimento (PAs) que apresentaram uma diminuição de 4,9%, mas um aumento de 176,4% em todo o período demonstrado. Também pode-se ver que, apesar de crescer menos em relação aos outros fixos, as agências demonstraram um aumento contínuo em todos os períodos, um crescimento de 100,8% entre 2001 e 2014. Porém, é necessário destacar que a instituição detém uma limitada rede de agências no país, presente em menos de 50% dos municípios brasileiros, o que implica em uma maior valorização dos serviços prestados por correspondentes que já consolidaram sua presença em todos os municípios brasileiros. De 2001 ao final de 2014 houve um expressivo aumento de 164,9% desses fixos geográficos (Casa Lotérica e Caixa Aqui), principalmente deste último, criado em 2003 para canalizar os recursos financeiros de Programas Sociais Federais.

Se atentarmos para a distribuição das agências e Postos de Atendimento da Caixa Econômica Federal no território alagoano, observar-se-á que há uma rarefação desses fixos, o que leva a pensar na estrutura da rede urbana do estado que expressa a evolução da topologia da própria instituição. De acordo com o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1994), a rede urbana:

Pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Essas funções [...] reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista. (CORRÊA, [1989] 1994, p. 70-71).

A urbanização das cidades alagoanas segue uma hierarquia bastante irregular, semelhante ao que ocorre no território nacional, pois somente a capital do estado, Maceió, detém cerca de 30% de toda a população em um universo de 102 municípios que congregam um total de 3.120.494 habitantes, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2010. O segundo maior núcleo urbano, Arapiraca, concentra uma população de 214.006 habitantes, seguido de um pequeno grupo de 11 municípios que se diversificam entre 40 e 70 mil pessoas, restando 87,2% do total de municípios, desde aqueles com pouco mais de 30 mil pessoas até os menos populosos, como é o caso de Jundiá, com 4.202 habitantes, Mar Vermelho, com 3.652 habitantes e Pindoba, este a uma distância de 87 quilômetros da capital, com uma população de 2.866 habitantes, quer dizer, as áreas de interesse das instituições financeiras em Alagoas seguem um nexos relativo à sua rede urbana, o que compete para a distribuição do total de agências e PAs da Caixa Econômica Federal.

Mapa 1. Alagoas: distribuição das agências e postos de atendimento da Caixa Econômica Federal (2014)



O Mapa 1 mostra a topologia das agências e postos de atendimento da Caixa Econômica Federal no estado em 2014 onde pode-se ver que há uma rarefação no que tange à quantidade desses fixos geográficos no território. Das 48 agências espalhadas entre 27 cidades, 19 delas se encontram em Maceió, o equivalente a 42% do total, seguida da cidade de Arapiraca com 4 agências, restando outras 25 cidades com apenas 1 agência cada. Esse processo é bem semelhante em relação à distribuição dos postos de atendimento, não se mostrando tão interessante sua instalação na maior parte do território. Cinco cidades concentram grande parcela do total, sendo Maceió a principal com 77. Arapiraca, que concentra 15, se coloca como segundo centro urbano mais interessante para a Caixa Econômica Federal dentro da rede urbana alagoana, seguida de São Miguel dos Campos com 8, Coruripe com 6 e União dos Palmares com 4. Outros 27 centros urbanos compõem essa rede de postos da CEF com números que variam entre 1 e 3 postos.

Por outro lado, os correspondentes executam parcela das atividades creditadas à instituição pelo Governo Federal no que diz respeito à distribuição de recursos financeiros públicos e de Programas Sociais Federais, como colocado antes. Dessa forma, pode-se defini-la como verdadeiros “nervos do governo”, para usar o termo de Karl Deutsch *et al.*, (1971; *apud* CONTEL, 2006, p. 249) já que os correspondentes servem como instrumentos de irrigação dos recursos do Governo Federal à população, principalmente por seu baixo custo de instalação, concedendo à Caixa Econômica Federal, a ampliação de sua capilaridade em áreas mais remotas e distantes dos centros dinâmicos em todo o território nacional. Nesse sentido, a Caixa Econômica Federal tornou-se, “sem sombra de dúvidas, a mais importante instituição pública que se utilizou dos correspondentes bancários para expandir sua rede de prestação de serviços no país” (CONTEL, 2006, p. 247). Para tanto, existem dois tipos de correspondente operando com a instituição e que atendem às demandas normativas criadas por ela para a prestação de produtos e serviços financeiros, dentre os quais estão a Unidade Lotérica, comumente chamada de Casa Lotérica, e o Caixa Aqui.

A Casa Lotérica foi criada na década de 1960 quando o então Presidente da República Jânio Quadros determinou ao Estado (União) a competência para legislar sobre os jogos de sorteios no país, ao mesmo tempo em que concede o comando desses produtos à Caixa Econômica Federal, já

que a arrecadação dos recursos financeiros dos mesmos é de interesse do próprio governo. Cerca de 40 a 45% do faturamento com os jogos de loterias são direcionados a programas e projetos sociais do Governo Federal e de outras entidades de interesse social, pois, segundo o Relatório da Administração da instituição, os jogos de loterias conseguiram arrecadar no período de 2007 a 2011 um valor de R\$ 4,54 bilhões, sendo que, no primeiro ano arrecadou-se R\$ 5,19 bilhões e esse valor aumentou para R\$ 9,73 bilhões em 2011. Então, para a Caixa Econômica Federal (2011)

A Casa Lotérica é a pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF, constituída na forma de quaisquer sociedades empresariais, destinada à atividade lotérica, podendo ou não possuir outra atividade comercial. (CIRCULAR CAIXA Nº 539, de fevereiro de 2011).

A Caixa Econômica Federal dispõe de três modelos de correspondente relacionados à Casa Lotérica (Unidades Lotéricas), geralmente com funções semelhantes, mas com sistemas técnicos de complexidades diferentes. Dentre eles está a Casa Lotérica, a Casa Lotérica Avançada Temporária e a Unidade Simplificada de Loterias, sendo que as três modalidades são comumente classificadas como Casa Lotérica. Além de trabalharem com todos os tipos de produtos e serviços conveniados à instituição, dependendo do nível técnico, também podem atuar com atividades financeiras mais complexas como, por exemplo, abertura de contas e câmbio de moedas, nesse caso a Casa Lotérica, estrategicamente localizada nas grandes cidades do país. Para prestar serviço como correspondente lotérico há um processo baseado num sistema de seleção de permissões que segue uma lógica normativa estabelecida pelo banco, tendo como pressuposto a abertura de editais (leilão) em lugares de interesse mercadológico da própria instituição, quer dizer, do ponto de vista do comando, é um banco que mantém uma relação hierarquicamente mais rígida com seus correspondentes no território.

Outro correspondente desta instituição é o Caixa Aqui. Bem mais flexível que a Casa Lotérica, não exige um sistema técnico tão complexo quanto o desta última e geralmente são instalados dentro de estabelecimentos comerciais como supermercados e farmácias. Foi criado principalmente para ampliar a distribuição dos recursos federais às populações existentes em lugares de difícil acesso. Este fixo é o principal instrumento de acesso da população de baixa renda aos benefícios do Programa Bolsa Família, o maior programa de distribuição de renda do país, que unificou outros com características semelhantes, porém administrados por setores públicos diferentes, ligados à União, dentre os quais está o Bolsa Escola, do Ministério da Educação; o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde e o Auxílio Gás, do Ministério de Minas e Energia. Esse processo foi uma articulação entre a União e a Caixa Econômica Federal para melhor intervir no território nacional e bancarizar populações antes sem acesso ao sistema financeiro. Nesse sentido, Santos (2011) afirma que o Caixa Aqui

Foi estritamente idealizado e direcionado para a população de renda baixa [...] foi lançado em 2003 e possibilitou, logo no primeiro ano, a abertura de quase 2,5 milhões de novas contas para aqueles brasileiros que viviam na informalidade, e puderam abrir sua primeira conta bancária sem comprovação de renda. O mais importante nesse produto é a possibilidade de criação de pequenos empreendimentos tão sonhados, com o acesso a empréstimos a juros de 2% ao mês. (SANTOS, 2011, p. 177).

No que concerne ao estado de Alagoas, a herança colonial legou problemas econômicos e sociais que até os dias atuais influenciam em sua formação social e seu desenvolvimento econômico. Destaque para a crise fiscal que se deu a partir de um acordo assinado entre o Governo do Estado e as indústrias açucareiras em 1989, uma crise que vem refletindo na estrutura não apenas econômica como também social do estado desde a década de 1990, especialmente quando o poder público

esgota qualquer possibilidade de investimento, o que leva Alagoas a viver uma situação de crise emergencial. Para o economista Cícero Péricles

Com a desaceleração do Proálcool a partir de 1986 e a crescente dificuldade de apoio e financiamento, o setor açucareiro alagoano foi buscar uma compensação na estrutura do Estado, com o intuito de complementar os mecanismos paternalistas que dispunha no plano federal. Com isto, o setor sucro-alcóoleiro transformou-se no principal responsável da crise alagoana e o responsável pela desorganização do Estado. (CARVALHO, 2011, p. 5).

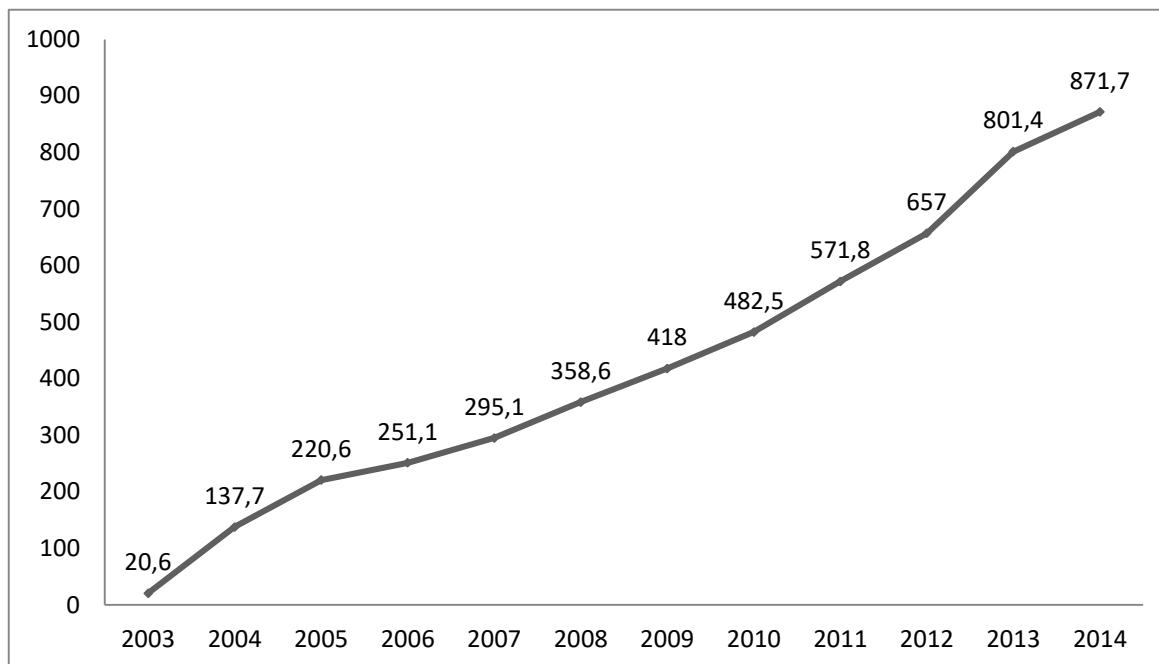
Dentre os estados da região Nordeste do país, Alagoas tem um Produto Interno Bruto (PIB) que se apresentou entre os três mais baixos em 2009 com cerca de R\$ 21,2 bilhões, à frente apenas de Sergipe, com cerca de R\$ 19,7 bilhões, que tem a menor área entre os estados brasileiros e com uma população de 2.068.017 habitantes, um terço a menor que a população de Alagoas (3.120.494 pessoas), e do Piauí com aproximadamente R\$ 19 bilhões. Alagoas também apresenta uma das piores rendas per capita, permanecendo como o 25º (vigésimo-quinto) estado no ranking das unidades da federação no país, com R\$ 6.728 por habitante, seguido do Maranhão com R\$ 6.259 e Piauí com R\$ 6.051, respectivamente, para dezembro de 2009. Sua estrutura social sofre com a má distribuição da renda, pois quase metade de toda a população vive com apenas até um salário mínimo e 14% desse total ainda sobrevive sem renda alguma segundo Carvalho (2010), o que implica na emergência de programas e políticas sociais mais rigorosas, no sentido de viabilizar condições de reprodução de atividades econômicas para as camadas sociais menos favorecidas do estado.

É necessário destacar também que o estado apresenta uma grande concentração de terras para poucos setores, com ênfase para o sucroalcooleiro e a pecuária que centralizam 21% e 42% respectivamente do território, e um mercado estritamente insuficiente que não atendeu ao crescente processo de urbanização do estado frente à demanda de atividades e serviços das cidades, principalmente as mais populosas, o que mantém Alagoas com inúmeras disparidades socioeconômicas, inclusive a pobreza que ainda assola grande parte da população. Pois, Alagoas apresentava o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país entre os anos de 1991 e 2005 (CARVALHO, 2010), o que implica em necessidades emergentes de políticas públicas mais concretas, em especial para a instância social. Então, é em decorrência desses problemas que

A forte presença federal é sentida, primeiro, pela baixa capacidade financeira do Estado e de seus municípios, o que limita os gastos [...] com políticas sociais; segundo porque não possui uma economia dinâmica capaz de gerar renda, emprego e bem-estar para a maioria de seus cidadãos. (CARVALHO, [2006] 2010, p. 76).

O Gráfico 2 mostra a evolução dos recursos financeiros transferidos pela União através do Programa Bolsa Família desde seu advento até o final do ano de 2014, o que representa um importante instrumento de combate à miséria, não apenas no território alagoano mas também em todo o país. Sendo assim, observa-se uma evolução crescente dos valores repassados ao estado em todos os anos. Apesar de o Governo Federal incentivar o financiamento do desenvolvimento do estado com esses programas de cunho social, ainda é insuficiente frente às demandas e disparidades encontradas em sua estrutura social. Porém, esse aumento também reflete a importância dos correspondentes da Caixa Econômica Federal para a canalização dos mesmos no território em decorrência da flexibilidade de localização desse fixo.

Gráfico 2. Alagoas: valores repassados por meio do Programa Bolsa Família em milhões de reais (2003-2014)

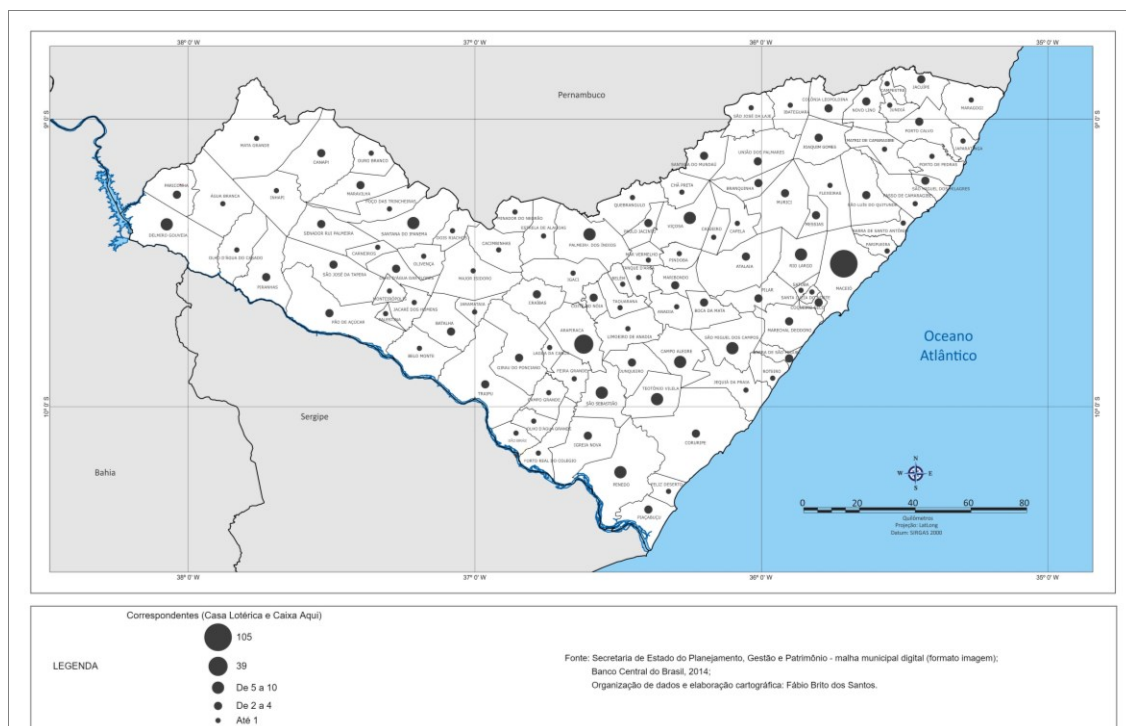


Fonte: SEPLANDE/AL, 2014; Portal da Transparência, 2014. Elaboração própria.

Segundo o Relatório da Administração da Caixa Econômica Federal, de junho de 2012, “os correspondentes tiveram participação em 85% dos recursos transferidos à população inserida neste programa em todo o território nacional, o equivalente a R\$ 7,9 bilhões” o que mantém a instituição, hoje, presente em todos os municípios brasileiros. Em Alagoas, a topologia da Caixa Econômica Federal também consegue alcançar todo o seu território em decorrência da presença dos correspondentes como expõe o Mapa 2 sobre a distribuição do fixo por cidade.

A distribuição dos correspondentes no território alagoano é expressiva. Há uma presença concreta desse fixo geográfico em todas as cidades alagoanas, com exceção de Olho D’Água Grande, localizado na porção agreste de Alagoas. Porém, à medida que aumenta o nível de urbanização dos lugares, o correspondente segue essa lógica, é o que observa-se quando faz-se uma leitura das três mesorregiões pertencentes ao estado – Leste Alagoano, Agreste e Sertão – pode-se observar que, além de concentrar 51% dos municípios do estado, há uma concentração maior de correspondentes da Caixa Econômica Federal na mesorregião do Leste Alagoano, pois, somente Maceió (capital do estado) contém uma rede de 125 correspondentes, o que significa uma concentração de 31,7% do total do estado distribuído entre 194 Casas Lotéricas e 200 Caixa Aqui. Em seguida, a mesorregião do Agreste, com 24 cidades tem como destaque a cidade de Arapiraca com 33 correspondentes, enquanto que o restante detém entre 1 e 6 correspondentes, com exceção de Palmeira dos Índios com 9 fixos geográficos.

Mapa 2. Alagoas: distribuição dos correspondentes da Caixa Econômica Federal (2014)



A mesorregião do Sertão com uma pequena quantidade de correspondentes distribuídos entre as 26 cidades presentes, se enquadra com a menor concentração desse fixo geográfico no território alagoano, apesar de ser possível verificar a presença da Casa Lotérica em todas as cidades, o que não acontece em relação ao Caixa Aqui que está instalado somente em 14 do total da mesorregião. Geralmente, a quantidade de correspondentes Caixa Aqui segue uma lógica que perpassa à quantidade de benefícios do maior programa de distribuição de renda do país por município, o Bolsa Família, é o caso de Maceió (932.748 habitantes), Arapiraca (214.006 habitantes) e Palmeira dos Índios (70.368 habitantes com 64.693 benefícios) que além dessa concentração de habitantes, o que significa uma parcela de 39% da população total do estado. Em decorrência dessa concentração populacional, elas acabam por ter as três maiores quantidades de benefícios por município no estado.

Pois, de acordo com o Portal da Transparência do Brasil, para dezembro de 2012, Maceió apresentou o maior número de benefícios entre os municípios alagoanos com 64.693, seguido de Arapiraca, com 29.399 benefícios e Palmeira dos Índios que concentra 11.787 benefícios, sendo que juntas, elas concentram 52% desse fixo geográfico em todo o território de Alagoas, de um total de 200 espalhados por 60 cidades, malgrado a Casa Lotérica ser bem mais distribuída no território alagoano. Dessa forma, é possível perceber que a Caixa Econômica Federal se diferencia como único banco que utiliza o correspondente, de fato, com uma base estrutural, esteticamente padronizada ao que se encontra em uma agência bancária, seguindo um único modelo para suas diversas tipologias, o que não acontece com outros bancos que mantêm a base de seus correspondentes da forma que querem. Portanto, o correspondente tornou-se um mecanismo fundamental de uso do território pela Caixa Econômica Federal como também de bancarização da sociedade alagoana, já que a instituição detém uma presença majoritária no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que, para o sistema financeiro nacional, o correspondente é uma novidade desde o início dos anos 2000 se levarmos em consideração o volume de transações efetuadas por este fixo.

De fato, durante pouco menos de uma década é possível entender a importância que o correspondente tem apresentado para as instituições financeiras em razão de sua capilaridade em todo o território nacional, isso tornou as atividades bancárias cada vez mais arraigadas ao cotidiano de uma sociedade modelada por um sistema econômico de caráter competitivo e norteado por um “fundamentalismo” perverso. Outra questão que confere à presença dos correspondentes no cenário financeiro é a discussão mais acalorada sobre microfinanças no país, pois o uso cada vez mais expressivo deste fixo geográfico se transformou em uma ferramenta crucial para a penetração das atividades bancárias em territórios desconhecidos, mais fortemente como uma estratégia de descongestionamento das agências bancárias em meio aos custos de instalação deste fixo.

Sendo assim, a Caixa Econômica Federal é a instituição que melhor se utiliza do fixo correspondente no país. A determinante dessa questão é que o funcionamento desse fixo geográfico segue os parâmetros normativos do Banco Central do Brasil, porém de forma mais rígida, já que a instituição cria suas próprias normas concernente à contratação de pessoas para gerirem a prestação de serviços financeiros, isso no caso da Casa Lotérica. Em relação ao Caixa Aqui, a Caixa Econômica Federal também mantém um comando rígido em relação às atividades prestadas por esse fixo. Em Alagoas, houve municípios que perderam o Caixa Aqui para outros em razão de apresentarem problemas relacionados à gestão das atividades, quer dizer, como o sistema técnico instalado pertence à instituição contratante e o sistema de operações financeiras segue um regime normativo rígido, a própria Caixa Econômica Federal detém o comando sobre as atividades executadas pelo correspondente.

Dessa forma, os correspondentes anunciaram um leque de oportunidades para as instituições financeiras. Apesar da flexibilidade de localização e o baixo custo, esse fixo segue a lógica de localização das agências bancárias, ou seja, apesar de sua expansão, ainda perdura uma concentração nos “pontos mais luminosos” do território nacional. Pois, não há dúvidas de que a legalização de correspondentes foi uma determinante crucial para a geografização dos serviços e produtos financeiros, principalmente porque, com a diversificação econômica, as dimensões territoriais do Brasil e as desigualdades sociais e de renda existentes, acompanhadas da heterogeneidade cultural, as redes bancárias não conseguiriam se distribuir de forma homogênea, sua capilaridade no território nacional, haja vista suas necessidades de lucro e o custo de instalação. Portanto, o correspondente significa um elo entre o sistema bancário e a população e, além dessa característica, os correspondentes da Caixa Econômica Federal são um elo entre Governo Federal e a própria sociedade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana Moreira. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga. **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 147-168.

BASTOS, Gilmar Carvalho. Bancos cooperativos: uma pequena abordagem sobre os bancos Sicredi e Unicred. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2010. p. 1-10. 1 CD-ROM.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Circular Caixa nº 539, de 02 de fevereiro de 2011**: Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.multilex.com.br/upd_blob/0001/1602.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2012.

_____. **Relatório da administração Caixa - 1º Semestre 2012**: Brasília: Caixa Econômica Federal, 2012.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, [2006] 2010.

_____. **Os Ciclos Históricos de uma Economia Dependente - Parte I.** Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=ptBR&tbo=d&site=&source=hp&q=os+ciclos+historicos&oq=os+ciclos+historicos&gs_l=hp.3...4255.14654.0.15546.22.22.0.0.0.852.6232.6j3j4j1j6j1j1.22.0...0.0...1c.1.2.hp.WpZdnETFVg0&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.&bvm=bv.42261806,d.eWU&fp=f6e744f98a3eb4dd&biw=1600&bih=755>. Acesso em: 6 nov. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, [1996] 1999.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: IPEA, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CONTEL, Fabio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapitalidade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./abr. 2009.

_____. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil.** 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, [1989] 1994.

COSTA, Fernando Nogueira da. Origem do capital bancário no Brasil: o caso rubi. **Texto para discussão**, Campinas, n. 106, p. 1-26, mar. 2002.

DIAS, Leila Crhistina. Por que os bancos são o melhor negócio no país? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Globo, 2005.

_____; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH**, Salvador, vol.22 n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.

DINIZ, Eduardo Henrique. **Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda.** São Paulo: FGV, 2010. 102 p. Relatório G.V. Pesquisa.

_____. **Desafios dos correspondentes bancários no Brasil.** Disponível em: <<http://www.vimeo.com/32708684>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. **Desenvolvimento dos correspondentes no Brasil.** Disponível em: <<http://www.vimeo.com/32689119>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FIGUEIREDO, Karoline de Brito; CARVALHO, Rogério Lima de. **A terceirização nas instituições financeiras, na figura do correspondente.** Belo Horizonte: Lastro, 2010.

JAYO, Martin. **Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes.** 2010. 195 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas): Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2010.

LENIN, V. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1979.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica: vissitudes das ciências cacofonia na física.** Tradução Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

SANTOS, Jailson Moreira dos. A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa/Trabalhos Premiados**, São Paulo, cap. 8, p. 167-183, jan. 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. EDUSP: São Paulo, [1996] 2006.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, p. 5-20, 1999a.

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999b.

_____. O retorno do território. In: _____; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, [1994] 1996. p. 15-20.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2008.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Contas regionais do estado de Alagoas 2004-2009**. Maceió: Seplande, v. 11, 2012.

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, n. 55, v. 22, p. 65-76, jan./abr. 2009.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, [1998] 2000.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Brasília: BCB, [2007] 2008.